

O SNS e o capital humano

No dia 2 de Agosto o **Conselho Regional do Norte da Ordem dos Médicos** e o **Sindicato Independente dos Médicos (Norte)** visitaram o hospital de Vila Real, hospital principal do Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro (CHTMAD).

O grito de alerta sobre a situação preocupante vivida naquele Centro Hospitalar (CH) motivou a intervenção das duas estruturas representativas dos médicos. Em causa estava o acesso a cuidados de saúde, a segurança clínica dos doentes e dos profissionais e os direitos de doentes e médicos. E o denominador comum o capital humano. Faltam médicos. Muitos médicos. E de várias especialidades, com incidência especial na Anestesiologia, que condiciona todo o movimento cirúrgico do CHTMAD.

As queixas e denúncias foram muitas.

Na Urologia a situação é crítica. Os três urologistas do serviço, com mais de 50 anos e milhares de doentes, começam a não acreditar que é possível mudar. Na Medicina Interna, especialidade nuclear de qualquer hospital, o desalento é imenso, a resposta insuficiente, a carga de trabalho excessiva, nomeadamente no serviço de urgência, e pode levar à saída de vários jovens especialistas. Na Cirurgia Geral e na Ortopedia vivem-se momentos difíceis, nada animadores, e contra-productivos. Na Anestesiologia a situação é dramática e dependente de médicos tarefeiros para assegurar apenas cerca de 65% da sua actividade. Dezenas de doentes programados para cirurgia são mensalmente adiados. As consultas atrasadas. O serviço de urgência dificultado. E muitas outras especialidades poderiam ser citadas.

A situação só não é mais grave devido à enorme capacidade de trabalho e de sacrifício pessoal dos profissionais de saúde que teimam em tentar manter a prestação, a todo o custo, de cuidados de saúde à sua população.

Uma crise no hospital de referência para a região de Trás-os-Montes e Alto Douro. E uma vergonha nacional que nos deixa indignados. Mas que parece deixar indiferente o poder político e a massa crítica da sociedade portuguesa. Tal como acontece no Algarve e noutras regiões.

E, entretanto, perante esta situação desastrosa de insuficiência de capital humano, o que fazem, a diferentes níveis, os responsáveis políticos pela Saúde em Portugal?

Exploração, concursos, contratações e empresas. Tudo ao mesmo tempo. Para estimular a concorrência e liberdade de escolha. Liberdade de escolha para as contratações directas. Sem concursos. Para os hospitais principais. Dos grandes centros urbanos. Concursos públicos para os outros. E até fazem um brilharete. Abrem mais vagas para os locais mais carenciados. Mas já não há médicos suficientes, muito por causa das ditas contratações directas. A responsabilidade não é dos médicos que são contratados. É do poder político. De quem vai governando o país. De quem proclama a equidade e transparência, mas depois não a consegue aplicar.

No entretanto, e para evitar o colapso no SNS, é explorado o trabalho dos médicos da Carreira. Tal como está a acontecer no CHTMAD. E em muitas outras Unidades de Saúde.

Determinando horários de trabalho ilegais, nomeadamente no SU, com turnos de 24 horas ou superiores, em clara violação da legislação do Contrato de Trabalho em Funções Públicas (CTFP) e do Código do Trabalho, já para não falar dos Acordos Colectivos de Trabalho (ACTs).

Impondo inconstitucional e maliciosamente, via Leis dos Orçamentos de Estado, a ausência de limites semanais e anuais ao trabalho suplementar (ultrapassando largamente as 150 horas anuais a que estão obrigados os outros trabalhadores da função pública), e mantendo a redução a 50% do valor desse trabalho, apesar de ter terminado há muito o Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF).

Negação dos descansos compensatórios obrigatórios com prejuízo de horário. Em claro incumprimento da lei. De resto, a recente clarificação legislativa desta questão nos ACTs aumenta, de forma directa, a responsabilidade dos Directores Clínicos e Directores de Serviço na aplicação obrigatória dos descansos compensatórios, como um dever e um direito dos profissionais médicos, no sentido de aumentar a segurança de médicos e doentes e diminuir o erro em saúde. Nesta medida, incitamos a que defendam e façam cumprir o respeito pelas boas práticas médicas, honrando a legislação em vigor relativa aos descansos compensatórios.

Forçando a sobreposição de tarefas e encurtamento inaceitável dos tempos de consultas, o que ofende o património da relação médico-doente. Impondo listas de utentes que ultrapassam o limite do razoável. E por aí fora.

A exploração violenta do trabalho dos médicos, para tentar manter as aparências de um SNS em crise, roça o limite da “escravatura”. A “nova escravatura” do século XXI. Em plena Europa, em democracia, no país da liberdade.

Mas, para reparar as feridas abertas pela insuficiência do sistema, o Ministério da Saúde (MS) tem sempre uma solução de recurso, embora mais onerosa. Entram em campo as **empresas prestadoras de serviços médicos**. Nada está perdido. E então, questões como transparência, equidade, concursos, júris de exames, critérios de avaliação, Carreira Médica, passam imediatamente para segundo plano. O campeonato agora é diferente. Vale quase tudo. As regras são mínimas. Os acordos são para cumprir quando é possível. A qualidade não é assegurada nem exigida. A responsabilidade não tem face. O incumprimento quase nunca é punido. As remunerações variam entre as duas e várias dezenas de euros por hora, em contraponto aos miseráveis 8,32 euros pagos, por horas extraordinárias obrigatórias, aos médicos especialistas de Carreira. Depende das empresas e dos médicos. Umhas empresas contratam médicos aos “lotes”. Outras contratam médicos indiferenciados para exercer funções de especialistas. Ilegal, mas que tem sido possível na prática! Outras ainda contratam médicos internos em formação. Para fazer qualquer coisa. A sua especialidade ou outra. Na consulta, no bloco operatório, nas unidades de cuidados intensivos, no serviço de urgência. Para tapar buracos. Sem respeito pelos médicos e pelos doentes. Uma vergonha que não dignifica nada nem ninguém. Nem a Medicina, nem o SNS, nem os doentes, nem os médicos, nem o poder político.

A persistência em contratar, com transparência duvidosa, médicos através de empresas continua a ser uma opção estranha do MS, em detrimento da contratação dos médicos necessários e com as competências específicas através de concursos públicos ou, em alternativa, a contratualização de trabalho suplementar devidamente remunerado aos médicos de Carreira.

Uma opção estranha que aumenta a despesa pública, já que a contratação de serviços médicos através de empresas fica claramente mais cara ao Estado Português. Constitui na prática uma violação do tão propalado interesse público,-mas geradora de lucro para essas empresas, ao mesmo tempo que o recurso a médicos indiferenciados diminui a qualidade da Medicina.

Será que existe vontade de mudar? De acabar com o clima de ambiguidade no SNS? De planear e organizar o capital humano em Saúde? De ter a coragem de definir um plano que permita encontrar soluções para as insuficiências mais graves? De tratar com equidade as diferentes regiões do país?

A solução, para evitar contratar serviços médicos a retalho através de empresas, centra-se nas questões habituais. Dignificar e respeitar os profissionais de saúde. Melhorar as condições de trabalho. Valorizar o trabalho médico de acordo com o nível de responsabilidade na sociedade civil. Revitalizar a Carreira Médica. Apostar seriamente no SNS.

Uma fórmula simples que pode evitar que milhares de médicos optem por emigrar ou trabalhar apenas no sector privado. E que não se aposentem de forma antecipada. E optem por ficar no SNS.

Um círculo vicioso que é urgente quebrar.



**Conselho Regional do Norte da
Ordem dos Médicos**
Miguel Guimarães



**Sindicato Independente dos
Médicos (SIM Norte)**
Jorge Silva

Porto, 16 de Agosto de 2016